



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0007153-45.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Documento de Origem: **IP - 055/2017 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **MARCELO LEME**

Réu Preso

Aos 05 de abril de 2018, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu **MARCELO LEME**, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foram ouvidas quatro testemunhas de acusação e interrogado o réu ao final, sendo todos os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. **Pelas partes foi dito** que desistia da inquirição da testemunha Izabel Candido de Oliveira, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "MARCELO LEME, qualificado a fls.70, foi denunciado como incurso no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06, porque no dia 20 de fevereiro de 2017, por volta das 16h, na Rua Doutor Alderico Vieira Perdigão, 624, Jardim Cruzeiro do Sul, nesta cidade e comarca de São Carlos, guardava e tinha em depósito, para fins de venda e comercialização, 30 (trinta) porções de maconha, pesando, aproximadamente, 52g (cinquenta e dois gramas), bem como 98 (noventa e oito) tubos plásticos de cocaína, pesando 90g (noventa gramas) sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Segundo restou apurado, policiais militares, após receberem denúncia anônima, via 190, dando conta de que um rapaz de alcunha velhinho exercia o comércio de drogas na residência situada no local dos fatos, dirigiram-se até lá. Ao se aproximarem do local, foram recebidos pela moradora do imóvel dos fundos, a qual autorizou a entrada dos agentes e a respectiva vistoria no local. Entretanto, ao longo da diligência, observaram a fuga de uma pessoa da casa da frente e, após uma perseguição infrutífera, os policiais resolveram empreender buscas naquela residência. Nesta ocasião, os agentes públicos localizaram toda a droga acima descrita, qual seja, 30 (trinta) porções de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

maconha e 98 (noventa e oito de cocaína). Na residência havia também uma balança de precisão, um telefone celular da marca Motorola e um revólver calibre 22, da marca Galante. Recebida a denúncia (fls.138), após notificação e defesa preliminar, foi realizada hoje, audiência com inquirição de quatro testemunhas de acusação e interrogado o réu ao final, havendo desistência quanto à testemunha faltante. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação do réu nos termos da denúncia, observando-se a reincidência. A defesa pediu a absolvição por insuficiência de provas. Caso o reconhecido o tráfico, pediu pena mínima com benefícios legais. **É o relatório. Decido.** A materialidade está comprovada pelos laudos de fls.12/13 e 15. Hoje, em audiência, os policiais militares Wagner e Ronaldo disseram que estiveram no local e uma moradora do fundo disse que o réu morava na casa em que achada à droga. Wagner usou a expressão “velhinho” para referir-se ao réu, indicado por àquela moradora. Ronaldo, disse que tinha a denúncia anônima do tal “velhinho”, sobre tráfico no local. O dono do imóvel, Valentim, soube da ação policial pela internet. Em juízo disse que ouviu, de outras pessoas, que o réu tinha apelido de “mais vei” ou “velhinho”. Valentim afirmou que o réu morava lá e só havia outra moradora no fundo, Izabel. O policial Osmar afirmou que procurou o proprietário do imóvel e obteve dele essa informação: no local moravam duas pessoas, em residências distintas, o réu e Izabel. Segundo Osmar, foi Valentim quem lhe falou dos apelidos que o réu tinha. O réu, por sua vez, admitiu que morava lá e na outra casa morava Izabel. Os policiais acharam a droga na casa que não era de Izabel. Consequentemente, era a casa ocupada pelo réu. Não há dúvida desse fato. Nesse particular, a denúncia anônima se confirmou. Embora o réu não fosse visto no momento da ação policial, o fato de a droga estar na casa dele, na quantidade referida na denúncia, faz a prova da ligação entre o réu e o tráfico. Não é comum que essa quantidade de droga fosse destinada a outro fim, que não o comércio, até porque havia balança de precisão no local, comumente usado no comércio ilícito de drogas (auto de apreensão de fls.07). A relação do réu e àquela casa está bem demonstrada. Assim como o encontro da droga naquela residência. Nenhuma evidência há de que terceiro fosse responsável pela droga que não o réu. O fato de Valentim, no inquérito (fls.32), não mencionar o apelido velhinho, mas apenas “mais veio”, não altera o fato de que em juízo referencia à primeira expressão também, bem como ao fato de que Osmar disse ter ouvido do acusado o apelido do réu. Também não altera essa conclusão o fato do DVC não trazer a alcunha “velhinho”. Da mesma forma, antecedentes da testemunha Valentim não alteram a conclusão, pois não era ele quem morava no local. Irrelevante é que Izabel não soubesse dizer ao policial Wagner maiores informações sobre o réu, conforme fls.68, até porque, segundo o próprio réu, Izabel estava lá fazia apenas três dias (interrogatório em juízo). No depoimento de fls.68, o policial esclareceu ter visto uma pessoa correndo da casa da frente. Embora não possa afirmar que foi o réu, confirmou a vistoria feita na casa e o encontro da droga mencionada na denúncia. A palavra dos policiais não pode ser desconsideradas. Nada há a indicar que tivessem mentido. Nem se presume que tenham desejado incriminar falsamente o réu. O conjunto da prova autoriza concluir que o réu era o proprietário da droga encontrada na sua residência, onde a guardava. A quantidade de droga autoriza reconhecer a finalidade do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

tráfico. O réu foi condenado anteriormente por tráfico (fls.169/170 e 193/194). Esta única condenação teve a pena extinta em 03.5.12. Ainda não havia transcorrido o prazo depurador da reincidência quando da prática da nova infração (20.2.17). Consequentemente, existe reincidência específica que impede reconhecimento de tráfico privilegiado. A condenação é de rigor. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** MARCELO LEME como incurso no art.33, *caput*, da Lei 11.343/06, c.c. art.61, I, do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, calculados cada na proporção de 1/30 do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. Pela reincidência (fls.193/194), aumento a sanção em um sexto, perfazendo a **pena definitiva de 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, mais 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, na proporção anteriormente definida**. A pena deverá ser cumprida inicialmente em **regime fechado**, nos termos do artigo 33 e parágrafos do CP, posto que o réu é reincidente. O regime é necessário e proporcional para a repressão e prevenção contra a prática de novas infrações. Não cabe a redução de pena do tráfico privilegiado tendo em vista a reincidência do réu. A quantidade de pena não autoriza *sursis* ou restritiva de direitos. O tráfico é crime que afeta duramente a sociedade, potencializando a violência e a criminalidade. Causa prejuízo à vida normal da comunidade. Observa-se, ainda, o grande número de casos de tráfico em andamento na justiça paulista, que continua a receber considerável número de novos casos, indicando que não há redução nesse tipo de infração. A sociedade continua atingida pela difusão do uso de entorpecentes, com todas as notórias consequências para a insegurança. Justifica-se custódia cautelar para garantia da ordem pública, também por todas essas razões. O réu, portanto, não poderá apelar em liberdade. Comunique-se o presídio onde se encontra o réu. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: